

ÀS MARGENS DO PROGRESSO: A ESTRUTURAÇÃO DAS REGATAS EM CORUMBÁ (DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)

Leonardo do Couto Gomes¹
Leticia Cristina Lima Moraes²

RESUMO: O artigo analisa a estruturação das regatas em Corumbá entre as décadas finais do século XIX e o início do século XX, tomando-as como chave para compreender a modernização urbana e a reordenação dos usos sociais do rio Paraguai. Com base em jornais locais, analisa-se a passagem das regatas de divertimento festivo a prática competitiva em processo de institucionalização, marcada por horários, categorias, premiações, juizes e tentativas de associativismo, como a criação de clubes. Evidencia-se que tais eventos articulavam o porto, a sociabilidade e os repertórios morais de disciplina e civilidade, além de disputas por visibilidade no espaço público. Conclui-se que, embora periférica, Corumbá participou de circulações e projetos de urbanidade vinculados ao ideário de progresso.

PALAVRAS-CHAVE: Regatas. Progresso. Mato Grosso do Sul.

ON THE MARGINS OF PROGRESS: THE ORGANIZATION OF REGATTAS IN CORUMBÁ (LATE DECADES OF THE 19TH CENTURY AND THE EARLY 20TH CENTURY)

ABSTRACT: This article examines the organization of regattas in Corumbá from the late decades of the nineteenth century to the early twentieth century, treating them as a key lens through which to understand urban modernization and the reordering of the social uses of the Paraguay River. Drawing on local newspapers, it traces the shift of regattas from festive amusement to a competitive practice in the process of institutionalization, marked by scheduled times, categories, prizes, judges, and efforts toward associational life, including the creation of clubs. The analysis shows that these events linked the port to sociability and to moral repertoires of discipline and civility, while also revealing disputes over visibility in public space. It concludes that, although peripheral, Corumbá took part in wider circulations and projects of urbanity associated with the ideal of progress.

KEYWORDS: Regattas. Progress. Mato Grosso do Sul.

A ORILLAS DEL PROGRESO: LA ORGANIZACIÓN DE LAS REGATAS EN CORUMBÁ (ÚLTIMAS DÉCADAS DEL SIGLO XIX Y PRINCIPIOS DEL SIGLO XX)

¹ Docente do curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Leonardo.couto@ufms.br

² Doutorado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. letismoraes96@gmail.com

RESUMEN: Este artículo analiza la organización de las regatas en Corumbá desde las últimas décadas del siglo XIX hasta los inicios del siglo XX, tomándolas como una clave para comprender la modernización urbana y la reordenación de los usos sociales del río Paraguay. A partir de periódicos locales, se examina el pasaje de las regatas como divertimento festivo a una práctica competitiva en proceso de institucionalización, marcada por horarios, categorías, premiaciones, jueces e intentos de asociacionismo, como la creación de clubes. Se evidencia que estos eventos articulaban el puerto, la sociabilidad y repertorios morales de disciplina y civilidad, además de disputas por la visibilidad en el espacio público. Se concluye que, aunque periférica, Corumbá participó de circulaciones y proyectos de urbanidad vinculados al ideario de progreso.

PALABRAS CLAVE: Regatas. Progreso. Mato Grosso do Sul.

Introdução

É recorrente na historiografia a observação de que, na passagem das últimas décadas do século XIX para o século XX, o Brasil vivenciou intensas intervenções urbanas de cunho modernizador, conduzidas por grupos locais empenhados em reconfigurar a paisagem das cidades e os modos de vida. Essas transformações, como indicam Freyre (1974), Sevcenko (1983) e Moraes (2001), estiveram em grande medida sustentadas por modelos estéticos, culturais e políticos de matriz europeia, tomados pelas elites dirigentes como parâmetros de civilização e progresso.

Nesse cenário, processos como a aceleração da urbanização, a eletrificação do espaço urbano, o avanço das ferrovias, a ampliação da indústria, a implantação de redes telegráficas e a circulação de novos dispositivos técnicos — somados à abertura e consolidação de áreas de lazer e sociabilidade pública — passaram a operar como sinais de modernidade, associados às ideias de progresso e civilização. Conforme indica Needell (1993), tais emblemas materiais eram acionados pelas elites urbanas para sustentar a percepção de que o país caminhava em direção a uma organização social mais racional, eficaz e alinhada às referências do Ocidente.

No interior desse horizonte modernizador, as práticas de lazer — sobretudo as esportivas — passaram a ocupar um lugar central como sinais distintivos da modernidade urbana. Entendidos como expressões de disciplina do corpo, formas de sociabilidade associadas aos padrões burgueses e mecanismos de ordenamento do tempo não produtivo, os

esportes foram incorporados às agendas de reconfiguração da cidade e da vida social conduzidas pelas elites dirigentes. Desse modo, incentivar e tornar visíveis essas práticas não se limitavam a objetivos sanitários ou ao discurso de “aperfeiçoamento” corporal: tratava-se também de um recurso simbólico para afirmar uma imagem urbana moderna, civilizada e conectada às tendências em circulação no plano internacional. Nessa chave, atingir e exibir tais referências de progresso converteu-se em objetivo estratégico das administrações locais, interessadas em reconhecimento político, prestígio cultural e inserção no circuito nacional das cidades tidas como modernas

Nessa direção, Melo (2021) assinala que as práticas esportivas, desde sua inserção no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, passaram a ser enquadradas pela ideia de conciliar prazer e utilidade. Ou seja, não eram tomadas apenas como entretenimento ou lazer, mas também como meios socialmente legitimados de fomentar a ordem, a disciplina coletiva e o fortalecimento da nação. Inserido nesse quadro, o esporte cumpria uma função no ideário modernizador: ao mesmo tempo em que criava oportunidades de convivência e fruição, era apresentado como capaz de contribuir para a formação física e moral dos sujeitos.

No Rio de Janeiro, então capital federal, modalidades náuticas como o remo e a canoagem ganharam relevo como expressões particularmente representativas da articulação entre esporte, exercício físico e atenção ao corpo. Nessas circunstâncias, tais práticas ultrapassavam o sentido estrito de atividade corporal: eram também associadas a um modelo de vida regrado e saudável, afinado com valores que se afirmavam no país no processo de construção de uma identidade nacional orientada pela ideia de modernidade (Melo, 2021).

Nessa direção, estudos têm investigado de que modo as práticas náuticas ajudaram a conformar relações e expressões socioculturais no contexto urbano. Em São Paulo, Medeiros (2021) observa que, às margens dos rios Tietê e Pinheiros, o remo passou, gradualmente, a ser

vinculado a uma prática “moderna”, conectada a discursos que destacavam a saúde do corpo e a apreciação da vida ao ar livre.

Em Porto Alegre, Silva, Mazo e Tavares (2018) destacam que os clubes náuticos desempenharam papel central na difusão de práticas físicas associadas ao bem-estar e ao fortalecimento corporal. Em Campinas, Musa, Medeiros e Soares (2021) identificam tendências similares, reforçadas por discursos médicos que exaltavam os benefícios da atividade física em contato com a natureza.

Em Curitiba, capital paranaense, Gomes e Capraro (2022) sustentam que os divertimentos fluviais não foram apenas práticas de lazer, mas também dispositivos simbólicos e materiais vinculados a projetos de fortalecimento físico e de modernização urbana. Nessa chave, a defesa e a implantação de espaços específicos para tais usos — a exemplo de parques públicos, áreas ajardinadas e trechos requalificados das margens — apareciam como sinais de ordenamento do cotidiano urbano, de higienização e de racionalização do espaço, ao mesmo tempo em que ofereciam novos cenários para o exercício do corpo e para a sociabilidade “civilizada”. Assim, as margens e suas infraestruturas passavam a integrar um repertório de intervenções que pretendia reposicionar a cidade no horizonte do progresso, articulando natureza, saúde e urbanidade.

Em Florianópolis, Moraes (2017) aponta que o remo igualmente ultrapassou o âmbito estrito do esporte, incidindo sobre a educação do corpo e sobre a própria conformação da cidade. Ao estimular rotinas de treinamento, disciplina, técnica e autocontrole, a prática contribuía para difundir padrões de corporeidade e condutas valorizadas naquele contexto. Paralelamente, sua inserção no espaço público e nas frentes d’água impulsionava transformações na paisagem urbana — seja pela criação e valorização de áreas de uso recreativo, seja pelo reconhecimento das bordas marítimas/lagunares como lugares de circulação e visibilidade. Nesse movimento, também se redesenhavam códigos de sociabilidade: quem participa, como se apresenta, quais comportamentos

são legitimados e quais grupos passam a ocupar (ou disputar) esses territórios, produzindo novas formas de encontro e de distinção social em torno do espetáculo, do clube, do passeio e da prática corporal.

Como, então, teriam se estruturado as atividades náuticas em Corumbá, uma cidade localizada em uma região periférica em relação aos grandes centros urbanos? Situada às margens do rio Paraguai, a vila de Corumbá, então pertencente à província de Mato Grosso, desempenhou um papel estratégico durante a Guerra do Paraguai (1864–1870). Conforme apontam Souza (2001; 2004), o conflito teve impactos diretos sobre as dinâmicas econômicas, culturais e urbanas da localidade, que foi ocupada pelo exército paraguaio em 1865 e retomada pelas forças brasileiras em 1867. A ocupação estrangeira e o processo de reconquista impuseram a necessidade de fortalecimento da infraestrutura bélica e logística da região, impulsionando mudanças estruturais que viriam a moldar o desenvolvimento posterior da cidade.

Romero (2018) destaca que, a partir desse contexto, intensificou-se a presença militar e fomentaram-se transformações urbanísticas e econômicas, que contribuíram para consolidar Corumbá como um importante centro regional. No período pós-guerra, como argumentam Ruckert e Sena (2021), a cidade consolidou-se como um dos mais relevantes portos fluviais do Brasil, exercendo papel estratégico no processo de integração econômica e social da província de Mato Grosso. Tal centralidade deveu-se, em grande medida, à sua condição de ponto terminal da navegação internacional a vapor pelo rio Paraguai, o que a posicionou como elo fundamental nas redes comerciais que articulavam o interior sul-americano às rotas do mercado mundial.

Nesse processo de afirmação como empório comercial, Corumbá passou por significativas transformações em sua malha urbana. Segundo Sena (2015), a instalação da câmara municipal em 1872 foi um marco institucional que possibilitou o surgimento de pautas progressistas ligadas à modernização urbana. Demandas por infraestrutura básica, como pavimentação, saneamento, diversificação comercial e criação de

espaços públicos de lazer, passaram a ser recorrentes nos debates legislativos da época. Ao mesmo tempo, surgiam discursos que associavam a urbanidade a novos hábitos e valores, reformulando os modos de viver e ocupar o espaço urbano. Soma-se a isso os incentivos fiscais concedidos pelo Governo Imperial à importação de mercadorias, que estimularam o crescimento demográfico e econômico da cidade (Pereira, 2007). Como reconhecimento desse processo de consolidação, Corumbá foi elevada à categoria de cidade em 1878.

Para além das dimensões econômicas e militares, a vida social e cultural de Corumbá nas últimas décadas do Império foi profundamente marcada por sua geografia fluvial. A relação da população com o rio Paraguai transcendeu o aspecto utilitário do transporte e da pesca, incorporando também práticas de lazer e sociabilidade náutica, como o remo e a canoagem — tema central deste estudo.

Diante desse panorama, emerge a questão que orienta este artigo: como se estruturaram as práticas náuticas em Corumbá durante as décadas finais do século XIX e início do século XX? O recorte temporal abrange um período marcado pelo surgimento de dinâmicas sociais acerca de práticas náuticas na cidade. Há que se sinalizar ainda, que esse intervalo de tempo coincide com um momento de mudanças nas estruturas urbanas, sociais, culturais e política de Corumbá, quando a cidade, embora periférica em relação aos grandes centros urbanos, experimentava um processo de modernização e adaptação às novas demandas da vida em cidade.

Corumbá “que progride”: A emergência das regatas como prática legítima

Embora não fosse, uma metrópole, Corumbá já apresentava traços significativos de urbanidade, sobretudo em função de sua posição estratégica na rede de circulação fluvial do alto Paraguai. Nas décadas finais do século XIX, a cidade se afirmava como um polo regional articulado por fluxos comerciais que extrapolavam o espaço local. Sua

economia se organizava majoritariamente em torno do comércio, com destaque para as operações de exportação e importação, e o porto funcionava como principal nó de conexão, concentrando a chegada e a saída de mercadorias, a movimentação de viajantes e a própria circulação de notícias e novidades (Souza, 2008).

Desse modo, mais do que infraestrutura econômica, o porto também operava como lugar de sociabilidade, vitrine de modernidades e ponto de encontro entre diferentes grupos sociais, compondo uma paisagem urbana marcada pela intensidade do trânsito e pela diversidade.

Esse dinamismo não dependia apenas do comércio voltado “para fora”. O mercado interno direcionado ao restante da província de Mato Grosso também se colocava como fonte expressiva de rentabilidade, reforçando o papel de Corumbá como entreposto e distribuidor regional (Romero, 2018). A cidade, portanto, funcionava como plataforma logística e comercial, mediando a circulação de produtos e abastecendo circuitos mais amplos. Essa condição ajuda a entender por que, mesmo sem a complexidade típica das grandes capitais, Corumbá apresentava uma vida urbana relativamente densa: o comércio exigia estruturas de armazenagem, escrituração, crédito, intermediação e serviços especializados, criando uma teia de ocupações e práticas cotidianas que sustentavam o funcionamento do núcleo urbano.

Nessa direção, o setor de serviços consolidava-se em estreita ligação com os empórios e casas comerciais, atendendo tanto às necessidades econômicas quanto às demandas do dia a dia. Escritórios de advocacia e contabilidade, consultórios médicos, alfaiatarias e lavanderias não devem ser vistos apenas como atividades “acessórias”, mas como indícios de diversificação e complexificação social. Eles sugerem, por um lado, a ampliação de relações contratuais, de registros e de mediações formais; por outro, indicam a presença de padrões de consumo, distinção e cuidado consigo que se tornam mais visíveis quando a vida urbana se adensa. Em outras palavras, a oferta desses

serviços aponta para uma cidade que, embora periférica em termos nacionais, produzia rotinas, necessidades e sensibilidades típicas de um ambiente urbano em consolidação.

Ao mesmo tempo, esse quadro convivia com limites estruturais importantes. Conforme Corrêa (1980) destaca, não havia evidências concretas de industrialização. Esse dado é decisivo para compreender o tipo de urbanização que se desenhava: tratava-se menos de uma cidade impulsionada por fábricas e proletariado industrial e mais de um centro comercial e de serviços, cujo crescimento dependia de redes mercantis, do transporte e da capacidade de intermediar fluxos. Isso implica reconhecer uma modernização com bases específicas, na qual a ideia de “progresso” se associava à ampliação das trocas, à circulação de mercadorias e à reorganização de espaços urbanos, mais do que à transformação produtiva típica de regiões industrializadas.

Essa configuração também ajuda a situar a emergência e a relevância dos divertimentos públicos no período. Em cidades cuja vida econômica se estruturava no comércio e nos serviços, a presença de espaços de encontro, lazer e sociabilidade tende a acompanhar a própria intensificação dos fluxos urbanos (Dias, 2020). O porto e seu entorno, por exemplo, poderiam favorecer não apenas negócios, mas também formas de entretenimento, celebrações, competições e espetáculos, articulando lazer e visibilidade social. Assim, a urbanidade corumbaense pode ser lida como um processo em que economia, circulação e sociabilidade se imbricam: o comércio cria movimentação; a movimentação dinamiza serviços; e esse conjunto alimenta novas práticas e expectativas sobre a cidade — inclusive no que diz respeito ao uso do espaço público, aos hábitos corporais e aos modos de conviver.

Para Sena e Nogueira (2015), a intensificação da circulação de mercadorias favoreceu a prosperidade e contribuiu para o adensamento urbano, ao atrair comerciantes, aventureiros e imigrantes de diferentes origens. Nessa conjuntura, o porto, articulado às atividades de exportação e importação, assumia papel decisivo na economia local — em

uma cidade que registrava 8.414 habitantes em 1890 (Diretoria Geral de Estatística, 1898).

Corrêa, Corrêa e Alves (1985) destacam que, nos primeiros anos de municipalidade, Corumbá já contava com equipamentos e serviços urbanos como jornal, cadeia, hospital e intendência municipal, além de estabelecimentos que sustentavam a vida cotidiana e o circuito mercantil, como padarias, açougues, alfaiatarias e casas comerciais voltadas ao comércio externo, com efeitos sobre o mercado financeiro. No interior desse ambiente, iniciativas de lazer também se vinculavam aos empreendimentos urbanos, a exemplo de tavernas e casas de bilhar. Para além das estruturas fixas, delineava-se ainda um mercado de entretenimento itinerante, com diversões diversas, como os circos, teatros e cinemas (Gomes; Melo; Lopes, 2025).

Apesar desses sinais de urbanização e de certos anseios cosmopolitas, Souza (2004, 2008) evidencia a recorrência de debates públicos em torno das carências infraestruturais. A falta de ruas planejadas, a inexistência de água encanada e de iluminação elétrica, o mato alto, a presença de animais em áreas públicas e um sistema de transporte ainda rudimentar — apoiado no uso de muares —, somados a surtos epidêmicos frequentes, indicam que o município vivia um processo de mudança atravessado por demandas de intervenção e de qualificação do espaço urbano.

Nesse sentido, o fortalecimento do comércio e a configuração do espaço citadino avançavam de maneira relativamente articulada, ainda que marcados por tensões e descompassos. Pode-se supor que tal cenário favoreceu processos de adaptação, negociação e hibridização de experiências e representações, incidindo sobre as dinâmicas locais e sobre os ajustes requeridos aos modos de viver no cotidiano corumbaense.

Os projetos de “melhoramentos” — tanto no plano da infraestrutura quanto no plano dos comportamentos considerados desejáveis — estavam profundamente imbricados com a consolidação de

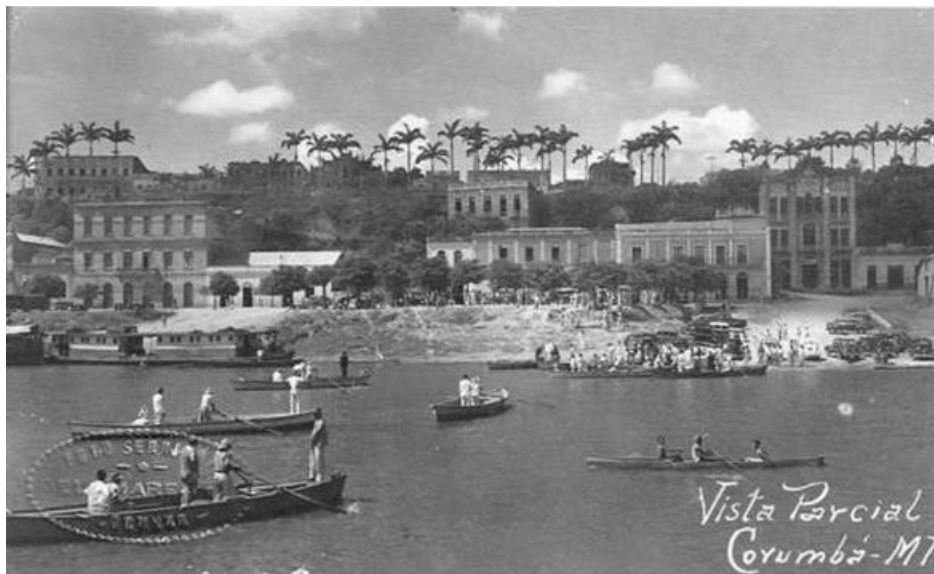
uma elite comercial e política em ascensão, interessada em ordenar a cidade, valorizar determinadas áreas e afirmar padrões específicos de civilidade (Souza, 2008). Nesse horizonte, a ideia de progresso não se limitava a obras e serviços: ela envolvia também disciplinar práticas, redefinir usos do espaço público e estabelecer fronteiras simbólicas entre o que seria visto como “moderno” e o que passaria a ser classificado como atraso, desordem ou incivilidade. Ainda assim, é fundamental reconhecer que as ruas de Corumbá eram atravessadas por grupos sociais diversos e por desigualdades marcantes; portanto, mesmo que tais aspirações não fossem compartilhadas por toda a população, seus efeitos tendiam a incidir sobre o cotidiano coletivo, alterando rotinas, deslocamentos, oportunidades de convivência e formas de presença nos espaços urbanos.

Medeiros (2021) observa ao explorar o contexto paulista que, em paralelo aos processos de modernização urbana, intensificaram-se iniciativas de regulamentação e controle sobre manifestações populares vinculadas ao uso dos rios e dos espaços públicos. Isso sugere que “organizar” a cidade significava também regular quem podia ocupar determinados locais, em quais horários, sob quais práticas e com que tipos de visibilidade, produzindo um ordenamento que frequentemente selecionava e hierarquizava usos legítimos do espaço.

Moraes (2017), por sua vez ao examinar as dinâmicas de Florianópolis, indica que a expansão dos desejos por novas estruturas e condutas urbanas reconfigura as relações sociais, tanto nas interações entre indivíduos quanto na maneira como a população se relaciona com a própria cidade. Sob essa perspectiva, a constituição das urbes pode ser compreendida como expressão das experiências modernas e de seus ritmos — novas temporalidades, circuitos de circulação, espaços de lazer e trabalho —, contribuindo para a construção de atitudes e sensibilidades distintas. Assim, a cidade se torna, simultaneamente, cenário e agente de transformação: ao remodelar seus espaços e normatizar comportamentos, redefine também sociabilidades, conflitos e pertencimentos no tecido urbano.

Uma fotografia do porto de Corumbá permite apreender traços da cidade e, sobretudo, compreender melhor os usos socioculturais vinculados às dinâmicas fluviais.

Imagem 1. Vista do porto de Corumbá. Décadas iniciais do século XX.



Fonte: Acervo particular Octaviano Serra.

Na cena, o rio e as práticas ligadas à navegação aparecem como elementos estruturantes da vida urbana: observam-se barcos, canoas e pequenas embarcações em circulação e em manobras de atracação junto ao Porto Geral, nas proximidades da Rua do Comércio, principal eixo de articulação do espaço portuário. A presença simultânea de diferentes tipos de embarcação sugere um cotidiano marcado por deslocamentos variados, no qual conviviam funções econômicas, mobilidade e experiências de lazer, reforçando o caráter multifuncional das águas na organização da cidade.

Chama atenção, ainda, a composição da paisagem ribeirinha. As edificações ao fundo, com traços arquitetônicos associados a repertórios neoclássicos e coloniais, contrastam com a vegetação e a topografia, evidenciando uma convivência entre o ambiente natural e uma estética urbana que buscava afirmar referências de civilidade e modernidade. Nesse enquadramento, o porto não aparece apenas como infraestrutura: ele se apresenta como vitrine, cenário de circulação e espaço de exposição

pública, onde se produzem sociabilidades e se tornam visíveis hierarquias, encontros e aglomerações.

Conforme Corrêa (1980), o porto constituía o espaço mais movimentado e “moderno” de Corumbá, concentrando fluxos e novidades. Contudo, as águas do rio Paraguai também acolhiam práticas investidas de outros sentidos, nem sempre coincidentes com a lógica comercial. Entre elas, destacava-se o “banho do santo”, associado aos festejos de São João, cuja realização no rio mobilizava representações distintas e revelava a pluralidade de usos do espaço fluvial — ao mesmo tempo via de circulação e trabalho, e território de ritual, festa e experiência coletiva.

Segundo Souza (2008), as celebrações de São João no rio Paraguai, em Corumbá, concentravam-se especialmente à meia-noite, na transição de 23 para 24 de junho, momento em que, conforme a crença local, as águas adquiririam propriedades milagrosas. Trata-se de um festejo cuja centralidade repousava justamente no ambiente fluvial: o rio não aparecia como cenário secundário, mas como condição e fundamento do rito. Embora não se tratasse de um evento formalmente organizado ou institucionalizado pelo poder público, a prática mobilizava expressivos contingentes da população, tornando-se uma ocorrência de visibilidade.

Sena (2015) observa que essas celebrações possuíam um acentuado caráter comunitário, reunindo diferentes segmentos sociais — de grupos populares a militares e comerciantes — em uma participação ativa e compartilhada. Essa presença heterogênea sugere que o banho de São João extrapolava o registro da diversão pontual: ele operava como uma manifestação cultural e espiritual de relevo, capaz de articular fé, tradição e experiência coletiva. O componente religioso, nesse caso, não funcionava apenas como justificativa simbólica, mas como elemento que conferia legitimidade e força social ao acontecimento, fazendo dele uma prática reiterada e, em certa medida, indispensável no calendário local.

Além disso, é importante notar que, paralelamente à devoção, o festejo também estruturava um espaço privilegiado de sociabilidade. Para

Gomes e Banducci Júnior (2022), o banho do santo condensava tanto a reverência a São João quanto uma forma particular de relação entre a população e o ambiente ribeirinho. As águas, concebidas como purificadoras e portadoras de virtudes extraordinárias, alimentavam expectativas de renovação espiritual, cura e proteção divina, reforçando sentidos de pertencimento e continuidade cultural.

Nesse contexto, o rio é reconfigurado em seus sentidos: em vez de figurar somente como rota de deslocamento ou base das atividades econômicas, ele passa a compor um conjunto de usos simbólicos que entrelaça natureza, religiosidade e experiência urbana. Ao mesmo tempo, o rito favorecia uma espécie de comunhão provisória, na qual distinções sociais se atenuavam diante da vivência coletiva do sagrado, do convívio e da ocupação pública das margens. Assim, a festa de São João se consolidava como um momento de reconhecimento compartilhado, em que Corumbá se via e se narrava coletivamente por meio de crenças, práticas e sensibilidades ancoradas nas águas do Paraguai.

Nessa dinâmica, o rio é ressignificado: deixa de ser apenas via de circulação ou suporte das atividades econômicas e passa a integrar um repertório de usos simbólicos que conectam natureza, religiosidade e vida urbana. Ao mesmo tempo, o ritual produzia um tipo de comunhão social temporária, na qual fronteiras de classe podiam ser relativizadas pela experiência compartilhada do sagrado, do encontro e da participação pública. Assim, a festa de São João se afirmava como um momento em que Corumbá “se reconhecia” coletivamente, articulando crenças, práticas e sensibilidades que atravessavam a cidade e suas águas.

Nessa mesma chave, as datas do calendário religioso — especialmente as celebrações católicas — desempenharam papel decisivo na dinamização do entretenimento local, ao ativarem a cidade com rituais, encontros, circulação e espetáculos públicos. Em Corumbá, os festejos dedicados a Santo Antônio também se vinculavam diretamente a práticas realizadas no ambiente fluvial, contribuindo para impulsionar outra modalidade de divertimento nas águas: as regatas. Nesse sentido,

a religiosidade não apenas estruturava devoções, mas também organizava temporalidades e oportunidades de lazer, funcionando como catalisadora de eventos que articulavam sociabilidade, visibilidade e usos festivos do rio.

Festividade de S. Antonio

Foram effectuados as solemninadas religiosas, assim como os divertimentos publicos annunciados no programma, tornando-se notaveis a deligencia e dedicação dos festeiros, que souberam leval-as effeito com a pompa devida. Os espectaculos publicos nas noites de 13 e 14, correram excellentemente e na melhor ordem possivel, merecendo os amadores os appausos do publico. As regatas tambem se effectuaram com toda ordem. (O Iniciador. 17 de jul. 1883, p. 1).

A nota do jornal evidencia a articulação, em um mesmo programa festivo, entre solenidades religiosas e divertimentos públicos, com destaque para a ênfase na “ordem”, na “pompa” e na boa condução dos festeiros. Ao registrar que os espetáculos noturnos ocorreram “na melhor ordem possível” e que “as regatas também se efetuaram com toda ordem”, o periódico não apenas descreve o evento, mas também o qualifica a partir de um vocabulário moralizador, no qual organização, disciplina e aprovação pública aparecem como valores centrais. Nesse enquadramento, a inserção das regatas nas festividades de Santo Antônio sugere que as práticas fluviais podiam funcionar como extensão do ritual e da celebração, compondo um repertório de entretenimentos capaz de reunir público, produzir visibilidade e reforçar certos ideais de conduta.

Alguns caminhos ajudam a compreender por que um divertimento corporal como as regatas foi incorporado a um festejo de caráter religioso. Um primeiro aspecto diz respeito ao perfil social de parte dos envolvidos: havia participantes ligados a cargos na Marinha e a posições de influência política e comercial, grupos diretamente interessados no circuito de importação e exportação e na valorização das atividades portuárias. Para esses sujeitos, promover regatas durante uma festividade religiosa também significava ativar o espaço do porto, mobilizar embarcações, atrair espectadores e reafirmar a centralidade do

rio na vida urbana — articulando devoção, sociabilidade e interesses materiais.

Um segundo aspecto relaciona-se às representações em torno do remo e da canoagem. Melo (2021), ao analisar o Rio de Janeiro, indica que essas práticas despertavam interesse e difundiam discursos que associavam seus praticantes a um conjunto de virtudes corporais e morais — como determinação, disciplina, caráter e honestidade. Ainda que em contextos distintos, esse repertório ajuda a pensar como as regatas podiam ser percebidas não apenas como diversão, mas como atividade “educativa” e exemplar, capaz de simbolizar controle de si, esforço e autocontenção. Aos poucos, tais atributos foram sendo valorizados como parte de um ideal de formação da juventude brasileira, o que contribui para explicar por que uma competição nas águas podia circular, sem aparente contradição, no interior de uma programação religiosa: ela se ajustava a expectativas de civilidade, ordem e pedagogia dos corpos, ao mesmo tempo em que oferecia espetáculo e reforçava vínculos comunitários.

Em outra ocasião comemorativa, as regatas também integraram a programação de diversões públicas, indicando sua circulação para além do calendário religioso e sua associação a eventos cívicos.

Os moradores resolveram festejar o dia 13 do corrente, aniversário da retomada desta cidade do poder do inimigo. Haverá iluminação e regata na tarde do dia 12 para o que são convidados os que quiseram tomar parte nessa diversão a irem inscreverem-se á casa do Sr. A. J. Mendes Gonçalves, até sábbado as 10 horas da manhã (O Iniciador. 9 de jun. 1881, p.1).

A nota permite identificar aspectos importantes da organização do festejo. A presença de uma programação previamente definida — com iluminação e regata — e, sobretudo, a exigência de inscrição indicam certo grau de planejamento e controle da participação. No anúncio, a referência à “casa do Sr. A. J. Mendes Gonçalves” aponta para o papel central desempenhado por Antônio Jacintho Mendes Gonçalves, então tenente-coronel do 8º Batalhão de Artilharia, personagem vinculado à

carreira pública e a redes de autoridade local. Assim, a regata não aparece como uma prática espontânea, mas como atividade mediada por agentes específicos, capazes de convocar, organizar e legitimar a “diversão” no espaço urbano.

Também chama atenção o peso simbólico da data escolhida. O 13 de junho evocava o aniversário da retomada de Corumbá durante a Guerra do Paraguai, marco que reatualizava memórias do conflito e reforçava uma narrativa cívica para a localidade. Nessa esteira, a regata se articulava a uma comemoração que mobilizava identidade e pertencimento, transformando a celebração em rito público de rememoração e afirmação política. Como sugere Sena (2015), a recorrência dessas datas — tanto as cívicas quanto as religiosas, como Santo Antônio e São João — foi (e permanece) emblemática na constituição simbólica da cidade, funcionando como tentativa de forjar tradições locais e, em certa medida, produzir figuras heroicas vinculadas à história regional.

Por fim, o próprio mecanismo de inscrição permite levantar a hipótese de que a participação direta na regata não era inteiramente aberta a todos. Ainda que o evento, enquanto espetáculo, pudesse atrair públicos variados, o ato de “tomar parte nessa diversão” parece depender de mediações e redes de sociabilidade específicas, o que sugere recortes e seletividades no acesso — um indício de como, mesmo em festividades públicas, certas práticas podiam operar como marcadores de distinção e pertencimento.

Os periódicos locais registram com maior minúcia as regatas vinculadas aos festejos de Santo Antônio, trazendo elementos concretos sobre a forma de organização desse divertimento náutico e sobre os atores mobilizados para sua realização.

As 3 horas e meia devem começar ás corridas, que constarão dos seguintes pareos:
1º Escalares de 12 remos tripulados por imperaes marinheiros – Gertrudes e Cysne. Premio offerecido pelo Sr J. Moreira.

2º Escalares de 4 remos tripolados por imperiaes marinheiros – Garça, Venus e Gaivota. Premio offerecido Sr. Coronel Antonio P. A . de Barros.

3º Escalares de 6 remos tripolados por imperiaes marinheiros – D. Anna e Carolina. Premio offerecido pelo Sr. Manoel D. de Pinho.

4º Escalares de 4 remos tripolados por profissionaes – Marco, Raul e Cotegipe. Premio offerecido. Sr. Antonio Rodrigues Vieira. 5º 2 montarias de 2 remos – Premio 10\$000. 6º 4 canoas tripoladas por índios Cadiuêos – Gratificação pelos festeiros 7º 3 tinas – Gratificação pelos festeiros.

O ponto de partida será a bocca da bahia do Tamengo, e o ponto de chegada â ponta do forte de S. Francisco onde estará collocado a balisa.

Serão juízes de chegada os Ilms. Srs. Capitão da fragata Salustiano C. dos Santos e Capitão-Tenente Moreira Marques, e juízes de sahida os Ilms. Srs. Capitão de fragata Felipe O. Short e Etchebarne. (O Iniciador. 13 de jun. 1883, p. 2).

O anúncio reforça, em primeiro lugar, uma temporalidade claramente definida: a indicação de horário (“às 3 horas e meia”) sugere uma condução precisa do evento, com início previsto e sequência de provas, algo condizente com competições que buscam regularidade e previsibilidade. Também chama atenção a estrutura em “páreos” numerados, o que evidencia um formato seriado e organizado, com provas distintas e hierarquizadas.

Além disso, as disputas se distribuem em categorias variadas, definidas pelo tipo de embarcação, pela quantidade de remos e pelo perfil dos tripulantes. Há páreos tripulados por “imperiais marinheiros”, outro destinado a “profissionais”, e provas envolvendo “canoas tripuladas por índios Cadiuêos”, bem como as “tinas”, que aparecem como parte do programa mediante gratificação.

Essa diversidade reforça que a regata não era um bloco homogêneo, mas um conjunto de provas que combinava critérios técnicos (número de remos, embarcação, percurso) com classificações sociais e ocupacionais dos participantes. Ao mesmo tempo, sugere uma tentativa de ampliar o espetáculo e seu alcance, compondo uma tarde de competições com múltiplas atrações.

A menção aos prêmios e seus ofertantes é igualmente reveladora. Ao associar determinadas provas a prêmios “oferecidos” por figuras

específicas — comerciantes, autoridades e notáveis — o texto permite entrever redes de patronagem e prestígio. Premiar uma prova significava, também, inscrever-se publicamente no evento, vincular o próprio nome à festividade e participar da produção simbólica do divertimento. Já as “gratificações pelos festeiros” em algumas provas apontam para modalidades de recompensa distintas, sugerindo diferenciações de status entre pãreos e participantes.

Por fim, a descrição do percurso (saída na baía do Tamengo e chegada próxima ao forte de São Francisco, com baliza delimitando o ponto final) e, sobretudo, a nomeação de juizes de saída e de chegada — todos oficiais da Marinha — reforçam o caráter formal do acontecimento. A presença de autoridades incumbidas de fiscalizar etapas da prova sugere controle, padronização e legitimação institucional, aproximando o evento de atributos frequentemente associados à conformação do esporte moderno, como regras explícitas, delimitação espacial, supervisão e burocratização (Guttmann, 2004; Elias; Dunning, 1992). Em síntese, a fonte permite observar que, embora ancoradas em um calendário festivo religioso, as regatas já mobilizavam procedimentos e dispositivos organizativos que contribuíam para sua estabilização como prática competitiva pública.

A condução das regatas e do conjunto do festejo estava, ao que tudo indica, sob responsabilidade de membros de um estrato social influente, empenhado em imprimir à jovem municipalidade signos de urbanidade, ordem e civilidade. Entre essas figuras, destacavam-se: Antonio Pedro Alves de Barros, comerciante e coronel, comandante superior da Guarda Nacional da Fronteira do Baixo Paraguai e presidente do Conselho de Revista do alistamento da Guarda Nacional, tendo ainda atuado como primeiro juiz de paz entre 1877 e 1880; Manoel Dias Pinho, comerciante; Salustiano Caetano dos Santos, capitão de fragata e inspetor do Arsenal de Marinha de Ladário; Antonio Joaquim Moreira Marques, primeiro-tenente da Armada; e Felipe Orlando Short, capitão de fragata, delegado de polícia e responsável pela Capitania do Porto nos

anos de 1880, 1887 e 1889, além de comandante da canhoneira Forte de Coimbra em 1883 (Sena, 2017, p. 323).

O elenco de nomes e cargos sugere, portanto, que as regatas operavam também como espaço de visibilidade pública para agentes ligados ao aparato militar e administrativo, reafirmando vínculos entre porto, autoridade e sociabilidade urbana.

Cabe, ainda, tecer algumas observações — ainda que preliminares — sobre o 6º páreo, composto por canoas tripuladas por sujeitos identificados pelo jornal como indígenas Kadiwéu. Chama atenção, em primeiro lugar, o fato de esse ser o único páreo explicitamente realizado com canoas, embarcação associada a modos de deslocamento característicos de grupos indígenas historicamente presentes na região de Mato Grosso. Além disso, o registro jornalístico enfatiza a participação dos Kadiwéu ao lado do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, o que sugere um enquadramento que conecta a presença indígena no divertimento a uma memória bélica e a uma narrativa de serviço e lealdade.

Nos resultados da competição, o periódico informa que a prova foi vencida por quatro indígenas, indício de participação efetiva na disputa (O Iniciador, 17 jul. 1883, p. 1-2). Ainda assim, a compreensão mais aprofundada desse envolvimento — seus termos, mediações e significados — demanda investigações adicionais, sobretudo porque, como aponta Dias (2017), a participação indígena nos divertimentos públicos permanece um tema ainda pouco explorado na historiografia nacional.

As regatas constituíram um divertimento fluvial que, em Corumbá, foi gradualmente adquirindo contornos mais estáveis e institucionalizados. Para além de sua presença em calendários festivos, a prática passou a ser estimulada por iniciativas organizadas, chegando à fundação de associações e clubes voltados especificamente à promoção dos esportes — com especial atenção ao remo.

Por iniciativa de um grupo de distintos moços aqui residentes, acaba-se de fundar-se nesta cidade uma associação que terá por fim o desenvolvimento de todos os sports, e principalmente do *rowing*. Idea alevantada, digna de todos os applausos e da protecção dos nossos co-habitantes, que não devem desconhecer os extraordinarios effeitos moraes e salutaes de uma boa educação physica, a sua concretisação impunha-se desde muito como uma necessidade de alcance pratico. O novel club trará a vantagem de proporcionar diversões agradaveis á nossa sociedade, e de chamar a juventude corumbãense para um campo de preparo propicio ás conquistas futuras, formando assim uma mocidade forte, capaz de enfrentar as agruras da vida intensa, com mais probabilidades de exito. Aos dignos socios fundadores, srs. 2º tenentes Wellington Villar, Otto Feio da Silveira, Aristides Dario da Rosa e Newton Braga, José da Silva Jurena, Esdras de Vasconcellos, João Capistrano de Sant'Anna e Milton Barbosa Gonçalves (Correio do Estado. 20 de out. 1909, p.2)

A nota jornalística é sugestiva porque explicita, com vocabulário elogioso, a associação entre exercício físico, juventude e um ideal de civilidade que se pretendia projetar para a sociedade corumbaense. O club é apresentado como “necessidade de alcance prático”, e a educação física aparece como portadora de “efeitos morais e salutaes”, isto é, não apenas como cuidado corporal, mas como instrumento de aperfeiçoamento de condutas.

Ao mesmo tempo, o texto atribui ao associativismo esportivo uma função social: proporcionar “diversões agradáveis” e, sobretudo, convocar a juventude para um “campo de preparo” orientado às “conquistas futuras”. Em outras palavras, o remo é mobilizado como linguagem de modernidade: disciplina, autocontrole, vigor e projeção de sucesso individual e coletivo.

Essa representação dialoga com um cenário mais amplo de difusão da cultura esportiva no Brasil, particularmente a partir das décadas finais do século XIX, quando modalidades como o *rowing* passaram a circular como signos de modernidade e refinamento, muitas vezes inspirados em modelos europeus (Sevcenko, 1998; Melo, 2001). Em Corumbá, o remo também se adequava às condições geográficas e ao cotidiano fluvial, o que contribuía para sua legitimação local: praticar esportes nas águas significava, simultaneamente, explorar uma

característica do território e alinhar-se a repertórios esportivos valorizados em outros centros urbanos.

Sob essa perspectiva, a criação de um clube indica uma tentativa de dar estabilidade e continuidade à prática, produzindo regras, rotinas, pertencimento e uma base organizativa para além de eventos pontuais. O associativismo esportivo, nesse caso, operava como tecnologia social de organização do tempo livre e de modelagem de comportamentos, ao estabelecer quem participa, como se treina, quais padrões são desejáveis e que tipo de “juventude” se pretende formar. O próprio texto deixa isso nítido ao afirmar que o clube contribuiria para forjar uma “mocidade forte”, capaz de enfrentar as “agruras da vida intensa” — formulação que aproxima o esporte de noções de preparação para o trabalho, para a competição social e para a vida pública.

Também é significativo que os sócios fundadores mencionados possuam títulos militares, com presença destacada de 2º tenentes. Esse dado sugere que a institucionalização do remo não se desvinculava das redes de autoridade e de prestígio local, nem de um imaginário disciplinar associado ao corpo. Conforme Dias (2017), sobretudo no período posterior à Proclamação da República, o fortalecimento físico por meio do esporte foi amplamente valorizado como ferramenta de disciplina e ordenamento, com forte ressonância na formação militar.

Nessa ambiência, difundiram-se discursos que vinculavam educação física, moralidade e projeto nacional, frequentemente atravessados por matrizes eugênicas — entendidas aqui como um movimento pseudocientífico que defendia o “aperfeiçoamento” da população a partir de critérios físico-morais. O remo, por demandar vigor, resistência, coordenação coletiva e obediência ao ritmo do grupo, podia ser facilmente enquadrado como prática exemplar: educaria o corpo, treinaria a disciplina e fortaleceria o senso de coesão, atributos compatíveis com ideais de civilidade e com expectativas de preparação militar e cívica.

Conforme aponta Melo (2021), ganhava força no país a noção de que a prática esportiva — com destaque para o remo — poderia produzir sujeitos mais aptos a enfrentar as exigências e os “desafios da vida”. Nesse cenário, difundia-se a ideia de que o cultivo do corpo não era um fim em si mesmo: o aprimoramento físico era apresentado como caminho para a elevação moral e, em sentido mais amplo, como instrumento de regeneração social em uma nação que buscava se afirmar e se modernizar. Assim, o esporte passava a ser compreendido como pedagogia: um meio de modelar condutas, consolidar hábitos e promover valores associados à disciplina, ao autocontrole e à produtividade.

Gomes e Capraro (2022), ao analisarem as experiências náuticas em Curitiba, observam que o remo era frequentemente enquadrado como um esporte “nobre” e disciplinador, ligado às elites urbanas e a virtudes como esforço, perseverança e uma competitividade entendida como saudável e civilizada. Nessas leituras, tratava-se de um divertimento que se ajustava aos padrões culturais desejados para a conformação dos costumes nas cidades brasileiras, funcionando como marcador de distinção e como linguagem de modernidade. Corumbá, embora situada fora do circuito das grandes capitais do Sul e do Sudeste, não permaneceu alheia a esse repertório discursivo: a valorização do remo e sua institucionalização local indicam que tais ideias também circularam e foram apropriadas no contexto ribeirinho, articulando práticas fluviais, projetos de urbanidade e expectativas de civilidade.

A Associação de Regatas de Corumbá conseguiu mobilizar adesões expressivas, ultrapassando a marca de 60 associados. A partir dessa base social, a agremiação passou a discutir a aquisição de embarcações, cogitando compras tanto na capital do Paraguai quanto no Rio de Janeiro — o que indica não apenas ambição organizativa, mas também a existência de circuitos de circulação e referência que conectavam Corumbá a outros centros (Correio do Estado, 27 out. 1909, p. 3). Ainda assim, não foram encontrados indícios de que essas negociações tenham,

de fato, se concretizado, o que sugere limites materiais e operacionais para a consolidação do projeto naquele momento.

A iniciativa também parece ter repercutido para além do círculo dos praticantes e simpatizantes. Políticos locais chegaram a anunciar a intenção de doar um terreno para a construção da sede do clube, gesto que, ao menos no plano simbólico, sinaliza a relevância atribuída à associação e seu potencial de prestígio público. Entretanto, da mesma forma, não localizamos registros que confirmem a efetivação dessa promessa. Mesmo assim, a própria formulação desses compromissos — ainda que não cumpridos — é historicamente significativa, pois reforça expectativas e disputas em torno do lugar do esporte e do associativismo na cidade, bem como o modo pelo qual projetos de lazer podiam ser acionados como linguagem de modernidade, civilidade e investimento no espaço urbano.

Nas décadas seguintes, as experiências de diversão no ambiente fluvial tenderam a se reorganizar com maior proximidade do universo esportivo. As competições se tornaram mais frequentes e passaram a ser acompanhadas por um vocabulário público que enfatizava rendimento, preparação e demonstração corporal.

Nesse processo, a imprensa desempenhou papel decisivo: ao ampliar a cobertura e criar seções voltadas aos esportes, os jornais ajudaram a transformar essas práticas em acontecimentos públicos, valorizando resultados, performances e protagonistas, e contribuindo para estabilizar as regatas não apenas como “festejo” ocasional, mas como prática competitiva dotada de regularidade, visibilidade e critérios de avaliação. Os recortes jornalísticos ajudam a dar “corpo” a esse processo de institucionalização das regatas em Corumbá, mostrando como a prática deixa de aparecer apenas como atração eventual em festejos e passa a ser pensada como projeto associativo, com diretoria, assembleias, sede e expansão do repertório esportivo.

Em outubro de 1909, a própria imprensa já tratava a criação de um clube de regatas como uma iniciativa desejável e “feliz”, atribuída a

“distintos moços” residentes na cidade (O *Brazil*, 21 out. 1909, p. 2). O *Correio do Estado* apresenta a fundação da associação como um passo necessário para desenvolver “*todos os sports*”, enfatizando especialmente o *rowing*, e associando o clube à ideia de educação física capaz de produzir efeitos “morais” e “salutares” (Correio do Estado, 20 out. 1909, p. 2). Esse tipo de formulação é sinalizadora: o remo aparece menos como passatempo espontâneo e mais como mecanismo de formação — do corpo e do caráter — e, portanto, como emblema de modernidade e civilidade no interior do espaço urbano.

Existiu até mesmo a tentativa de obtenção de uma sede. O jornal relata que a diretoria provisória aguardava a cessão de um terreno prometido pela municipalidade, na Rua do Comércio, com o objetivo de erguer um pequeno edifício para instalação do clube (Correio do Estado, 27 out. 1909, p. 2). Ainda que a efetivação da doação não apareça confirmada nos recortes, a promessa sugere que o projeto esportivo era compreendido como algo que deveria “ter lugar” na cidade — e, sobretudo, em uma área central e simbólica, ligada ao circuito urbano-comercial

A sequência de notas também mostra a formalização do clube por meio de assembleias e eleições. Em novembro de 1909, há anúncio de reunião em um dos salões da Câmara Municipal, às cinco da tarde, para assembleia geral do “Club de Regatas Corumbaense” e eleição da primeira diretoria (Correio do Estado, 27 nov. 1909, p. 2). Já em 1º de dezembro de 1909, o jornal informa que a sessão ocorreu “como estava anunciada”, com apuração de votos e definição de cargos — presidente, vice, secretário, tesoureiro e diretor de regatas —, evidenciando procedimentos burocráticos que se aproximam de rotinas institucionais do campo esportivo (Correio do Estado, 1 dez. 1909, p. 2). É um dado importante para a narrativa: o remo não está apenas “acontecendo” no rio; ele está sendo organizado em instâncias formais, em espaços de poder (Câmara Municipal), com regras de representação interna e direção de atividades.

Outro aspecto da estruturação das regatas em Corumbá é que, ao lado do remo, surge a menção a direção de *football*³ na composição da diretoria (Correio do Estado, 1 dez. 1909, p. 2). Isso indica que o clube de regatas poderia funcionar como porta de entrada para um projeto esportivo mais amplo, agregando práticas e repertórios corporais distintos

Por fim, em 1911, os jornais registram regatas integradas a programações cívico-militares. Em edição de 30 de novembro, ao descrever festejos no Forte de Coimbra em comemoração republicana, o periódico menciona regatas disputadas por “escalares”, com participação inclusive de “senhoritas”, o que amplia o quadro de atores envolvidos e indica a força do formato esportivo-espetacular dessas provas (Correio do Estado, 30 nov. 1911, p. 1).

Esse registro cumpre uma função narrativa importante: ele mostra que as regatas não apenas se mantêm, mas se reacomodam em novos enquadramentos — saindo do estritamente festivo-religioso e do associativismo local para também compor celebrações cívicas, em ambiente militarizado, com público, ritual e performances corporais.

Em conjunto, essas fontes permitem sustentar que, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, as regatas em Corumbá passam por um deslocamento decisivo: de prática episódica vinculada a festejos, para um divertimento que busca regularidade, direção, sede, equipamentos e reconhecimento público. Ao mesmo tempo, a prática se torna um ponto de convergência entre diferentes campos — elite local, municipalidade, imprensa, juventude e circuitos militares —, reforçando o argumento de que as dinâmicas fluviais corumbaenses eram também espaços de disputa por visibilidade, por projetos de cidade e por formas legitimadas de ocupar o rio.

³ Sinaliza-se que a singela menção ao futebol no trecho é um dos primeiros registros do esporte bretão em Corumbá. Contudo, a cidade foi construir seu primeiro clube futebolístico apenas em 1914.

Considerações finais

Este artigo analisou a estruturação das regatas em Corumbá nas décadas finais do século XIX e nas primeiras do século XX, tomando-as como chave de leitura para apreender a modernização urbana e a reordenação dos usos sociais do rio Paraguai. A partir de periódicos locais, articulados à bibliografia sobre esporte, urbanidade e “progresso”, procurou-se demonstrar como as regatas se consolidaram como divertimento fluvial dotado de visibilidade pública e legitimidade crescente, incorporando gradualmente procedimentos de formalização — como horários, categorias, premiações, juízes, delimitação de percurso — e acionando repertórios morais que aproximam tais práticas de traços associados ao esporte moderno.

Os indícios reunidos ao longo do texto mostram que, em uma cidade cuja vitalidade econômica se organizava em torno do porto e das redes de importação e exportação, o rio era simultaneamente infraestrutura, paisagem e arena de sociabilidade. Nessa condição, ele se prestava a usos múltiplos: espaço de circulação e trabalho, mas também de festa, ritual e espetáculo. As celebrações de São João e Santo Antônio, bem como datas cívicas vinculadas à Guerra do Paraguai, indicaram que o calendário festivo funcionava como dispositivo de mobilização coletiva e como oportunidade privilegiada de ocupação pública das margens. As regatas, ao se inserirem nessas temporalidades, operaram como prática capaz de articular devoção, memória e entretenimento, ao mesmo tempo em que ofereciam um palco para a exibição do corpo, da técnica e da disciplina.

Ao mesmo tempo, a análise evidencia que essa consolidação não se deu de maneira neutra. As fontes apontam a presença ativa de agentes vinculados às elites comerciais, ao aparato administrativo e aos quadros militares na organização das provas e na oferta de prêmios, sugerindo que as regatas também funcionavam como espaço de prestígio, distinção e produção de uma imagem urbana “civilizada”.

A insistência jornalística em termos como “ordem”, “pompa” e “boa condução” é sintomática: ela indica que o divertimento era avaliado não apenas pelo entretenimento que proporcionava, mas por sua capacidade de performar valores caros ao ideário modernizador — disciplina, controle, previsibilidade, hierarquização e supervisão. Nesse enquadramento, a progressiva institucionalização — culminando na tentativa de fundação e organização de um clube no início do século XX — reforça a hipótese de que o remo e as regatas se tornaram também ferramentas de educação do corpo e de modelagem de condutas, vinculadas a expectativas de juventude, vigor e futuro.

O caso corumbaense, por sua vez, contribui para tensionar leituras que restringem a difusão do esporte e dos projetos de urbanidade às capitais litorâneas. Embora situada fora do eixo hegemônico Sul-Sudeste, Corumbá não permaneceu à margem da circulação de discursos e práticas que, no período, associavam exercício físico, moralização e modernidade. A apropriação local do vocabulário do *sport/rowing*, a tentativa de institucionalização via associativismo e a inserção das regatas em programações cívico-militares indicam que cidades portuárias do interior também produziram experiências esportivas conectadas a repertórios mais amplos — ainda que adaptadas às condições e disputas próprias de uma urbe fluvial.

Por fim, os achados igualmente evidenciam lacunas e abrem agenda para pesquisas futuras. A participação indígena — especialmente a presença de tripulações Kadiwéu em páreos específicos — surge como vestígio relevante, porém ainda insuficiente para compreender as formas de incorporação desses sujeitos nos divertimentos públicos, suas agências e os enquadramentos produzidos pela imprensa. Do mesmo modo, a documentação permite vislumbrar o protagonismo das elites na organização das regatas, mas demanda maior aprofundamento sobre os públicos espectadores, os critérios de acesso às competições, as adesões populares, os bastidores e as materialidades envolvidas (embarcações,

locais de treino, infraestrutura de apoio, circuitos de circulação e aquisição de artefatos).

Considera-se que as regatas constituíram, em Corumbá, um observatório privilegiado para compreender como a cidade negociou o “progresso” em suas margens — não como trajetória linear, mas como processo atravessado por tensões, regulações e escolhas sobre quais práticas poderiam representar a urbe moderna.

Assim, compreender a estruturação das regatas permitiu perceber como o rio Paraguai, além de eixo econômico, foi também um território simbólico e político, no qual se disputaram comportamentos, valores e projetos de cidade. Nesse sentido, longe de estar à margem do progresso, Corumbá o viveu em sua forma paradoxal — entre permanências e mudanças, entre controle e festa, entre moralização e sociabilidade —, fazendo do espaço fluvial um dos principais palcos de sua modernização.

Referências

- CORRÊA, Lucia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa; ALVES, Gilberto Luiz. *O Casario do Porto e Uma fronteira para o pôr do sol*. Campo Grande: Fundação de cultura de Mato Grosso do Sul, 1985.
- CORREIO DO ESTADO. Corumbá. 12 de maio. 1909, p. 1.
- CORREIO DO ESTADO. Corumbá. 12 de junho. 1909, p. 1.
- CORREIO DO ESTADO. Corumbá. 20 de outubro. 1909, p. 2.
- CORREIO DO ESTADO. Corumbá. 27 de outubro. 1909, p. 3
- CORREIO DO ESTADO. 27 novembro. 1909, p. 2.
- CORREIO DO ESTADO. 1 dezembro. 1909, p. 2
- CORREIO DO ESTADO. 30 novembro. 1911, p. 1
- DIAS, Cleber. A Igreja, o Estado e a bola: história do esporte entre os índios do Brasil Central. *Pensar a Prática*, v. 15, n. 1, 2012.
- DIAS, Cleber. Esportes nos confins da civilização: Mato Grosso, 1920-1930. *Topoi*, v. 18, n. 34, p. 66-90, 2017.
- DIAS, Cleber et al. *Depois da Avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jaguatirica, 2020.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *População Recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. Madrid: Fondo de cultura económica, 1992.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: Jorge Olympio, 1974

GOMES, Leonardo do Couto; CAPRARO, André Mendes. As atividades náuticas em Curitiba (1886-1900). *Revista de História Regional*, v. 27, n. 02, 2022.

GOMES, Leonardo do Couto; MELO, Rogério Zaim; LOPES, Daniel. *As atividades circenses em Corumbá (1880-1904)*. Programa de pós-graduação em Estudos Fronteiriços. 2025.

GOMES, Luciana Scanoni; BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro Banducci. Processo de patrimonialização: experiências com o dossiê do banho de São João de Corumbá e Ladário. In: *Reunião Brasileira de Antropologia*, 33ª, 2022, Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2022. p. 1-18.

GUTTMANN, Allen. *From ritual to record: The nature of modern sports*. New York: Columbia University Press, 2004.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro. *Entre esportes, divertimentos e competições: a cultura física nos rios Tietê e Pinheiros*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade “sportiva”: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Faperj, 2001.

MELO, Victor Andrade de. Para o bairro, para o subúrbio, para a nação: a experiência náutica do Olaria Atlético Clube (Rio de Janeiro, 1915-1930). *Tempo*, v. 27, n. 3, p. 561-584, 2021.

MORAES, Cláudia Emília Aguiar. *A educação do corpo à beira-mar: esporte e modernidade na ilha de Santa Catarina (1857-1932)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MORAES, José Geraldo Vinci. *Cidade e cultura urbana na primeira República*. São Paulo, 2001.

MUSA, Catharina Ulian; MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro de; SOARES, Carmen Lúcia. “mozos intrépidos a bordo de la aventura”: el club campinero de regatas y natación y la vida al aire libre (1918-1935). *Movimento*, v. 27, 2021.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O INICIADOR. Corumbá. 12 de fevereiro, p.3.

O INICIADOR. Corumbá. 9 de junho. 1881, p.1.

O INICIADOR. Corumbá. 2 de abril. 1882, p.2.

O INICIADOR. Corumbá. 13 de junho. 1883, p.2.

O INICIADOR. Corumbá. 17 de julho. 1883, p.1.

O INICIADOR. Corumbá. 17 de julho. 1883. p.1-2.

PEREIRA, Joelson Gonçalves. *O patrimônio ambiental urbano de Corumbá-MS: identidade e planejamento*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROMERO, Enrique Duarte. *Corumbá e seu papel como entreposto comercial de 1870 a 1914 na economia mato-grossense*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; SENA, Divino Marcos de; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. *Corumbá e Ladário: Capítulos de História Regional*. Campo Grande: Editora Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2021.

SENA, Divino Marcos de. A Câmara Municipal de Corumbá e os Festejos Públicos: Período Imperial. *Revista GeoPantanal*, v. 10, n. 19, p. 39-57, 2015.

SENA, Divino Marcos de; NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. Matadouro, açougueiros e municipalidade: Disciplina no comércio de “carne verde” em Corumbá (1870-1888). *Tempos Históricos*, v. 19, n. 1, 2015.

SENA, Divino Marcos de. *Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Dourados, Dourados, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque*. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Carolina Fernandes da; MAZO, Janice Zarpellon; TAVARES, Otávio. O estabelecimento dos esportes náuticos no Rio Grande do Sul na primeira década do século XX: entre o ruder e o remo. *Revista brasileira de ciências do esporte*, v. 40, p. 24-31, 2018

SOUZA, João Carlos de. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. *Revista Brasileira de História*, v. 24, 2004.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.